1/63

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

- reunião de 03.09.63,
- reunião de 21.08.63,
- depoimentos:
  Ismael Praxedes - 21.08.63,
  Roberto Gomes de Almeida - 21.08.63,
  Vasco Kroff de Carvalho - 21.08.63,
  Benedito Pimentel - 20.08.63,
  Lourdes Maria - 12.07.63,
  João Nazaré - 02.07.63,
  José Maria da Gama - 02.07.63,
  Alfredo Silva - 02.07.63,
  Sebastião Lucena e Leonor Ferreira - 01.07.63,
  José Mongenot - 18.06.63,
  Benedito Campos Couto - 17.06.63,
  Madalena Jaques Paim e João Isidoro Paim - 17.06.63,
  Janes Monteiro Leite - 17.06.63,
  Leôncio de Souza Brito - 17.06.63,
  Filisbino ximenes - 17.06.63,
  Manoel Aureliano da Costa Silva - 15.06.63,
  Alípio de Carvalho - 15.06.63,
  Walter Sortica dos Santos - 15.06.63,
  Nilce dos Santos Couto - 15.06.63,
  José Maria da Gama Malcher - 11.06.63,
  Lincoln Alison Pope - 11.06.63,
  Nelson Perez Teixeira - 11.06.63,
  Ernani Luz - 11.06.63,
  João Bezerra de Melo - 11.06.63,
  Josias Ferreira de Macedo - 10.06.63,
  Heloisa Torres - 10.06.63,
  José Luiz Guedes - 10.06.63,
  Luiz de França Pereira - 06.06.63,
  José Fernandes da Cruz - 15.05.63,
  José Fernandes da Cruz - 04.05.63.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CPI-Índio

Reunião de 3-9-1963 Nº de ordem-358

Presidente-Valério Magalhães

Relator-Celso Amaral

Taquígrafo-Ruth

Fita nº 454

Arquivo

1 + 9

.....

O SR PRESIDENTE- Havendo número legal, declaro aberta a presente sessão que tem por fim, de acôrdo com o Regimento, o encerramento dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito instituída para apurar irregularidades sôbre o Serviço de Proteção aos Índios. O prazo para funcionamento desta Comissão, a rigor, extinguiu-se ontem dia 2, daí porque peço que a Ata de hoje seja datada de ontem, ou seja, o dia exato em que o prazo se extinguiu. Há Atas que não chegaram a ser lidas. São três e mais uma de Manaus que D. Yolanda está explicando, ainda não nos veio às mãos, porque o Secretário que nos acompanhou trabalhou a manhã tôda e foi almoçar, não se achando presente na Casa. Essas Atas apenas fazem menção a depoimentos que foram tomados por têrmo. Assim, parece-me, não havendo menção exata do que ocorreu e, sim, ao têrmo que acompanha cada uma, a leitura seria dispensável, caso os colegas estejam de acôrdo. (Pausa) Havendo concordância, dispensada a leitura dessas Atas. Antes de a Presidência dar a palavra ao nobre Relator a quem competirá fazer o seu relatório, naturalmente verbal, que, depois, será datilografado, apresentando as conclusões a que tenha chegado, solicito aos demais colegas que, ao ouvirem o relatório e as conclusões por êle aqui

CÂMARA DOS DEPUTADOS

mencionadas, aduzam aquelas considerações ou ~~relatos~~ sugestões que cada um, de per si, achar por bem formular, contanto que, nesta reunião de hoje, tenhamos para nossa Ata dos debates que possam surgir entre nós e aquelas conclusões que o próprio Regimento nos obriga a chegar, a fim de que, por sua vez, a Chefe do Serviço de Comissões de Inquérito, mediante redação que, solicitaria, fôsse do nobre Deputado Celso Amaral, organizasse uma nota a ser fornecida à imprensa para que sejam públicas as conclusões de nossos trabalhos. A nossa preocupação, nobres colegas, tem razão de ser, porque as Comissões Parlamentares do Inquérito estão totalmente desmoralizadas em nosso País. Elas se organizam, se intalam, funcionam algumas vêzes e nem sequer do encerramento é dado conhecimento ao público e, muito menos, das conclusões. Estou na Câmara há 5 anos e, ao que eu saiba, apenas três Comissões de Inquérito apresentaram, ao final, suas conclusões que foram levadas a Plenário para serem aprovadas. Como todos sabem, apenas vamos terminar os nossos trabalhos, oferecer um relatório e as conclusões que a Mesa encaminhará ao Plenário que, em última análise, é quem irá aprovar. Justamente esta parte é que nos compete fazer. Daí porque conclamo a todos os colegas presentes no sentido de sua estreita colaboração com o Relator. Ninguém ignora o trabalho que S.Exa. tem tido; só quem o acompanhou de perto pode avaliar: são processos e mais processos, depoimentos mais depoimentos, documentos sôbre documentos que foram analiza -

CÂMARA DOS DEPUTADOS

dos pelo Relator, para, afinal, ter êle uma diretriz ~~sôbre~~ para os nossos trabalhos que hoje se encerram. Eis porque eu, ao dar-lhe a palavra quero, antes de mais nada, deixar patente que o êxito desta Comissão se deve, em grande parte, à sua pertinácia, ao seu equilíbrio, e à sua invulgar dedicação em averiguar fatos denunciados já pela própria organização desta Comissão, já pela sequância dos depoimentos que colhemos. E mais, também, quero deixar evidenciado o meu agradecimento e dos colegas desta Comissão, e peço que conste de ata, a todos os auxiliares colocados à nossa disposição nos trabalhos realizados, não só aqui em Brasília, como no Rio, em Manaus, em Belém, em Rondônia, no Acre, principalmente à Chefe do Serviço de Comissões de Inquérito sôbre quem pesa uma grande responsabilidade, que eu bem compreendo e os colegas também estão presentes nesta compreensão. Com tantas Comissões de Inquerito em funcionamento, por certo que o trabalho aumenta dia a dia e a Casa não se acha aparelhada para atender a êsse volume de serviço, daí o esfôrço dessa ilustre auxiliar que no momento está ao nosso lado. Êste agradecimento, stou certo, apenas interpreta o pensamento de todos os colegas aqui presentes. Aos meus bons companheiros desta jornada, ao ilustre vice-presidente e aos demais membros, quer os que estejam agora presentes, quer os que no momento não se encontram neste recinto, devo externar, com toda a satisfação, o meu particular agradecimento. Se chegamos a bom término, apesar de não termos realizado toda a nossa ta-

CÂMARA DOS DEPUTADOS

rega, uma vez que a exiguidade de tempo não nos permitiu visitar outras regiões do País, devemos, não há negar, a esta boa vontade, a êste companheirismo, a esta cooperação estreita que cada um de nós teve com o outro, dando, assim, ao relator, essa possibilidade de conclusões serias, meditadas, que iremos conhecer atravez de sua palavra que, neste momento, lhe é dada.

O SR CELSO AMARAL - Sr. Presidente, primeiro quero agradecer as suas gentis palavras, quanto à minha pessoa, mas, isso sinceramente, foi gra ças ao seu grande conhecimento, demonstrado em tôdas as viagens e em todo êste período que a Comissão esteve trabalhando, que nos foi possível chegar a uma conclusão satisfatória. A todos os companheiros aqui presentes eu gostaria, antes de mais nada, de fazer a análise de uma revista publicada em 1943 do Serviço de Proteção aos Índios, demonstrando o que era o Serviço há 20 anos e o que é hoje.

"Em 1942 o SPI tinha 94 postos em todo o Brasil."

Hoje continua mais ou menos com 94 postos, depois de 20 anos, o que demonstra que o SPI, de 20 anos para cá, paralizou-se completamente. Quanto à assistência, há aqui uma discrição do que pretendia fazer o SPI neste setor: dar ensinamento, ensinar a ler, escrever, aprendizagem. A Comissão teve oportunidade de constatar, na Ilha do Bananal, o maior abandono possível. De um lado a Fundação Brasil Central,

CÂMARA DOS DEPUTADOS

com hotel e hospital de 500 milhões de cruzeiros; de outro lado o Pôsto do SPI muito bem organizado, com geladeira, com tudo; no meio, entre a Fundação Brasil Central e o Pôsto do SPI, a aldeia indígena em completo abandono. A Fundação fez umas fundações, umas sapatas para construção de casas e abandonou por completo. Diz aqui: "os índios oleiros", que, realmente, êles fazem bonecos muito bem feitos de cerâmica. Mas o necessário, que seria a construção de tijolos e telhas, olarias, isso não é ensinado ao índio. Pelo contrário. Estamos vendo o completo abandono neste setor. Quanto ao Rio Grande do Sul...

O SR RACHID MAMEDE - Antes de V. Exa. passar para o setor do Rio Grande do Sul, quero dizer-lhe o seguinte: não tive oportunidade de ir à Barra do Garça, na Fundação Brasil Central, acompanhando a Comissão. ~~Como~~ Eu gostaria que o nobre Relator nos esclarecesse sôbre êsses trabalhos tão propalados, e que tanto devem custar ao SPI, alardeados constantemente pela imprensa, muito especialmente pelo O Cruzeiro, realizados pelos irmãos Vilas-Boas. Teria o Relator encontrado realmente êsse serviço tão comentado?

O SR CELSO AMARAL - Talvez haja um equivoco aí. Os irmãos Vilas-Boas estão mais dando uma orientação ao Parque do Xingu e não à Fundação Brasil Central. A' Fundação Brasil Central não estão dando orientação.

O SR RACHID MAMEDE - Mas os irmãos Vilas-Boas não são li

CÂMARA DOS DEPUTADOS

gados ao SPI?

O SR CELSO AMARAL - Não. Não são ligados. Se não me engano o Sr. Araujo poderia esclarecer melhor. Êles não estão ligados ao SPI?

O SR LUIZ FRANÇA ARAUJO - Não são. O irmão Orlando Vilas Boas esteve à disposição do Serviço durante determinado tempo, 3 ou 4 anos. Mas não era pròpriamente funcionário do SPI e, sim, da Fundação Brasil Central. Há 3 ou 4 anos êle voltou à Fundação Brasil Central e hoje é o diretor geral do Parque Nacional do Xingu.

O SR CELSO AMARAL - O que tive oportunidade de constatar na Ilha do Bananal foi pròpriamente um desperdício muito grande de verba. Foi construído um hotel maravilhoso, um hospital bastante grande e está tudo completamente abandonado. Sinceramente, fiquei satisfeito de o sr. Presidente não estar presente. Tive oportunidade de conhecer o Acre, Estado que S. Exa. tão bem representa; no Acre, uma unidade da Federação, não vi aeroporto asfaltado. Na Ilha do Bananal existe um magnífico aéroporto. Notamos, realmente, que não existe qualquer plenificação nesta questão da verba. Fazem sem orientação e hoje está tudo abandonado. A própria Comissão teve grande dificuldade na hospedagem. Houve um defeito no avião e ficamos um dia e meio parados. A próppia Fundação Brasil Central negou-se a dar hospedagem. Depois, com um pouco de briga, cederam o hospital a uns doentes que estavam no avião e a

CÂMARA DOS DEPUTADOS

e a uma freira. Eu e o deputado Hirata dormimos na casa do SPI. Quer dizer, não existe nada, nada, que se possa dizer de concreto na Fundação Brasil Central. E' só abandono.

O SR PRESIDENTE - Eu gostaria, que, no relatório, V.Exa. fizesse constar isso, porque as somas que têm sido gastas por êste País com a Fundação Brasil Central, seriam suficientes para dar ao Acre aquelas condições notadas por V. Exa. Pelo menos um campo onde pudessemos descer com segurança.

O SR CELSO AMARAL - Tivessem os Srs. a ventura de ter um campo como o que existe na Ilha do Bananal.

O SR PRESIDENTE - Isto vem provar o que por diversas vêzes temos declarado: o Norte está realmente abandonado por parte do Poder pela Fundação Brasil Central.

O SR SUSSUMU HIRATA - A Fundação Brasil Central tinha, inclusive, aviões Douglas DC-3, que teriam arrendado a terceiros.

O SR CELSO AMARAL - Eu ia chegar a êste ponto nobre Deputado, focalizando a dificuldade que o SPI tem nesta questão de transportes. Realmente, não fôsse a FAB dar essa assistência, dificilmente certos postos seriam atingidos porque, estivemos em alguns postos do SPI, que só mesmo de avião é possível chegar. A Fundação Brasil Central possui dois DC-3 e, parece-me, também um Cessna, de 2 motores, estando um DC-3 arrendado não se sabe a quem, o que demonstra o completo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

desinterêsse da Fundação nesse setor tão importante. A Finalidade da Fundação Brasil Central seria levar progresso para o Brasil Central,mas, infelizmente , não é o que se dá. Voltando ao Rio Grande do Sul, há aqui, nesta publica ção de 42, uma descrição do Posto de Ligeiro, como uma fazenda modêlo, com luz elétrica, etc. Eu gostaria de ouvir a respeito o Deputado Bresolin. Se, realmente, é uma fazenda modêlo, porque, no SPI, em matéria de fazenda modêlo, não ví nada. Isto seria para mim um espanto.

O SR ANTONIO BRESOLIN - De quando é essa publicação?

O SR CELSO AMARAL - De 1943. Há 2º anos.

O SR ANTONIO BRESOLIN - Há 20 anos, poderia existir, apesar de que custa acreditar. Porque, no meu Estado, o SPI não realizou xxx coisa alguma. Pelo contrário. Nestes 20 anos, da data a que o eminente amigo se referiu até o dia de hoje, o que se tem verificado no Rio Grande do Sul é a devastação da floresta. No meu Estado o índio hoje vive em piores condições do que quando estava em estado primitivo na selva. Já tive oportunidade de fazer,aqui, um relato a respeito e lamento profundamente que esta Comissão não tenha tido oportunidade de visitar o Rio Grande do Sul. Principalmente nesta questão da instrução,lá não se dá nenhuma. Ouvimos, ha poucos dias, se não me engano, a um sr. Pimentel.

O SR WILSON MARTINS - Moacir Ribeiro Coelho?

CÂMARA DOS DEPUTADOS

O SR CELSO AMARAL - Não. Pimentel.

O SR ANTONIO BRESOLIN - Se não me engano, quando êle era Chefe do Posto dos Índios da Guarita, residia êle em Ijuí, com a espôsa, que era professora no Pôsto da Guarita. Por aí podem os meus amigos ter uma idéia do funcionamento daquele Pôsto. Tenho a esperança de que os amigos ainda terão ensêjo de conhecer essa colonia modêlo. Estive contando que, em alguns pontos, por exemplo, naquele território de Nonuai, que agora está sendo invadido pelos agricultores, existe uma grande área construída. Quem sai de Sarandi e vai a Nonuai ou a Iraí passa por um planalto muito extenso, onde há uma verdadeira vila: casas, salão para baile, canchas de bolão, duas ou três casas de negócio. Mas não há nada de índio lá. Não há mais índio. Tudo foi constrído por intrusos que para lá fora m, trabalharam, progrediram, prosperaram dentro da terra do índio. E não há sinal do SPI. Ao contrário. Tenho absoluta certeza e posso mesmo provar que foi o SPI um dos responsáveis pela destruição das florestas, tanto de Nonuai como da Guarita.

O SR CELSO AMARAL - Êsse pronunciamento do Deputado Bresolin vem, realmente, confirmar a decadência do SPI de 20 anos para cá. Cita-se aqui a Fazenda de São Marcos, com 4 mil cabeças de gado, gado magnífico e que hoje realmente não chega a 3 mil cabeças, o que demonstra o desinteresse completo para a assistência neste ponto. Voltando à Ilha do Bananal, antes que eu esqueça, quero dizer que alí não existe

CÂMARA DOS DEPUTADOS

uma escola. A escôla do SPI estava funcionando com 90 e poucos alunos e foi fechada por fâlta de professores, o que demonstra a situação neste setor. Refere-se aqui ao estado do gado nas fazendas do SPI.

> "Completamente satisfatório do rebanho bovino, novilhos em franca engorda, crescendo, prometendo boas vacas e bois. O rebanho apresenta bonito aspecto quer pelo seu estado de saúde, quer pela sua qualidade, que pode ser considerada, de modo geral, boa."

Hoje, infelizmente, não podemos dizer o mesmo a respeito do que há 20 anos era um exemplo. Já há 20 anos, a maior dificuldade eram as questões de invasões nas terras dos índios. Por uma exposição aqui feita, nota-se que êles estavam providenciando a questão da demarcação nas terras dos índios, o que até hoje não foi feito. Dificilmente o SPI poderá discutir esta questão das invasões, porque não sabe o que tem. Continua a Revista: "Aparelhamento, fornecimento ao SPI de reprodutores" o que hoje também não vemos em nenhuma das fazendas. No que se refere à renda indígena, principalmente no Pará, nos postos de Gorotide e Nilo Peçanha, tivemos oportunidade de ver a fartura de castanha do Pará perdida no mato e a borracha. Isso poderia ser uma grande renda para o SPI. Mas, infelizmente, pela falta de orientação, não existe êsse ponto. Quanto à questão de Mato Grosso, o Coronel Moacir Ribeiro Coelho, em seu depoimento informou que só tinha autorizado 4 vendas. Mas existe aqui o ofício dando plenos poderes ao sr. Fernando Cruz para

CÂMARA DOS DEPUTADOS

vender o gado que auisesse:

"Ordem de serviço 113.

O Diretor do SPI, com suas atribuições, tendo em vista o que consta no Processo 3.663, de 1962, designa Fernando Cruz, professor pré-primário, Chefe da 5a. Inspetoria,em Campo Grande, Mato Grosso, Agente Padrão de Indios etc.:

a)separação e venda de gado eirado e impróprio pra criação."

Êle dá quatro autorizações e uma autorização geral. Na questão do ~~gado de~~ arrendamento de terras em Mato Grosso, o pagamento do arrendamento é feito, parte em dinheiro e parte em gado. Ora, se é parte em dinheiro e parte em gado, o dinheiro recebido é dinheiro de gado vendido, porque o SPI teria por obrigação de receber a totalidade em gado, porque não existe uma tomada de preços. Se o arrendatário tem que pagar mil contos, paga 500 em gado, conforme a sua própria orientação ou orientação do Inspetor e 500 mil em dinheiro. Daí já se deduz um desvio, ao meu ver. Não sei se os Senhores estariam de acôrdo. É permitido receber parte em dinhdiro e parte em gado? Isso não consta...

O SR LUIZ FRANÇA ARAÙJO- Que eu me recorde, não.

O SR CELSO AMARAL- Se recebe em dinheiro, automàticamente há um desvio, porque o gado devia ser recebido e depois, ter uma orientação para venda, como tomada de preços ou concorrência pública, o que não existe. Quer dizer que o gado desviado é muito maior do que

CÂMARA DOS DEPUTADOS

constatamos.

O SR ADISON GARCIA- Permita V.Exa. Tem V.Exa. tôda a razão. O contratos de arrendamento, conforme esclarecimentos prestados pelo próprio SPI, atendendo àquele pedido de informações, dizem que a renda deve ser paga na base de, se não me falha a memória, 3 por $1^{00}/_{x}$, ou seja, três cabeças de gado para cada cem criados. Se o SPI dá ao Inspetor o direito ou a faculdade de optar entre receber aquilo estipulado nesse contrato e dinheiro referente ao preço daquele gado, automàticamente se estabelece, nesse instante, um processo de compra e venda. É o próprio arrendatário adquirindo, do SPI, aquilo que, de direito, pertence ao SPI...

O SR CELSO AMARAL= Realmente, irregular.

O SR EDISON GARCIA- ... sem nenhuma providência acauteladora dos interesses do patrimônio indígena, do qual o SPI é o tutor, por fôrça de lei.

O SR CELSO AMARAL- Aliás o próprio Presidente constatou isso: que o gado é vendido sem tomada de preço.

O SR PRESIDENTE= É uma das irregularidades que o nobre Relator vai apontar nas nossas conclusões. Justamente por isso. Porque, se houvesse uma tomada de preço, como sabemos, hoje bem elevado é o custo do boi, claro que a renda para o SPI teria sido bem maior.

O SR CELSO AMARAL- A questão que estamos discutindo, Sr.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Presidente, é a questão dos arrendamentos serem pagos metade com gado, metade com dinheiro.

O SR PRESIDENTE- Mas a parte paga com gado-- e aí é que me quero referir-- é com preço fornecido pelo próprio arrendatário.

O SR CELSO AMARAL- Realmente.

O SR PRESIDENTE- Então êle dá o preço que bem entende e o gado que bem entende.

O SR CELSO AMARAL- O próprio arrendatário está comprando gado. Porque, ao invés de pagar com dinheiro, êle fica com o gado. É uma irregularidade grande.

O SR PRESIDENTE- E com gado que, naturalmente, deixa de aumentar o patrimônio indígena. Porque, o que temos verificado nesta Comissão é que o patrimônio indígena está diminuindo de ano para ano. Vimos isso no Rio Branco: fazendas de 6 mil hoje reduzidas a 2 mil. Foi visto isso no Bananal e em todos os lugares onde, realmente, a Comissão pôde observar ~~deficiências~~. A tendência é esta: diminuir o patrimônio indígena.

O SR ANTONIO BRESSOLIN- Permita V.Exa. Em outros Estados também se verifica o mesmo que ocorreu no Rio Grande do Sul no que se refere à devastação de florestas, só que, neste particular, o desfalque no patrimônio indígena era uma coisa fantástica.

O SR CELSO AMARAL- Quer dizer que, em questão de irregularidade na venda de gado, tive oportunidade de constatar, na Ilha do

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Bananal, a autorização que o Coronel disse que deu, de 10 cabeças de gado. Na realidade foram vendidas 80. Perguntei em que tinha sido aplicado o dinheiro e me informaram que na reforma de uma lancha. Mas só deu para reformar metade. Para o motor, não deu e a lancha lá está, abandonada. E tudo x assim. Sem orientação no gasto do dinheiro, sem amor por aquilo que pertence ao SPI. Tudo mal orientado. E o próprio Chefe do Pôsto me disse: "O funcionário ganha pouco, tem que se mexer." Estas são as palavras.

O SR LUIZ FRANÇA ARAÚJO- Tudo malbaratado.

O SR CELSO AMARAL- Então, em questão de gado, já chegamos a uma conclusão: há uma desorientação completa. No setor escolas para índios, são muito poucos os lugares onde existe, realmente, o ensinamento que devia existir. Na Ilha do Bananal, por exemplo. 80 e poucos índios, 96, se não me engano. Fecharam a escola porque não havia professor. Simplesmente fecharam. Um absurdo. No Pôsto do Gorotide, neste há uma escola de missionários americanos e uma inglêsa. Em Nilo Peçanha não há escola. Tudo abandonado. E assim o resto, em questão de escola. Quero, simplesmente, chamar a atenção da Comissão: só vimos escolas como realmente devem ser, nas Missões Salesianas. Estas, realmente, estão dando uma assitência. Em 1943 houve uma aproximação da Santa Só com o Govêrno brasileiro no sentido de que parte do SPI fossem entregue às Missões, porque elas estavam demonstrando

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

que eram as únicas que davam conta do recado e poderiam prestar uma asistência como deve ser prestada. Acho que, em primeiro lugar, o SPI tem que preocupar-se com a demarcação das terras. Cabe à Comissão dizer se essas terras deveriam ser diminuídas. As do Mato Grosso, por exemplo. O índio possui lá 300 e tantos mil hetares, sem nenhum proveito para êle. Poder-se-ia reservar, vamos dizer, 10 mil alqueires para êle e fazer uma fazenda modêlo. Na reserva dos Kadiues, se não me engano, são 200 e poucos índios com uma extensão de terra superior a 800 mil hetares. Então o índio não tira proveito algum de tanta terra. Se houvesse uma fazenda-modêlo com escolas, implementos agrícolas, maquinaria e um engenheiro agrônomo dando orientação, isso realmente seria uma coisa sadia. Mas, não! O índio tem terra mas a terra é arrendada e o dinheiro desviado pelo funcionário do próprio/SPI, sem nenhuma orientação.

O SR ANTONIO BRESOLIN- Permita V.Exa. Acho que, nesse caso do dinheiro da terra do índio, deveria êsse dinheiro ser empregado em benefício do próprio índio, com a construção de fazendas-modêlo ou colônias-modêlo, como essas colônias-pilôto que se fazem hoje, com hospitais, assistência médica, assistência técnica. Seria uma forma de recuperar o índio e trazê-lo, de fato, para a civilização, porque, assim como se faz não estamos trazendo o índio para a civilização. Ao contrário, estamos destruindo o índio.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

O SR CELSO AMARAL- V. Exa. mesmo já teve oportunidade de relatar a esta Comissão que o índio, não tendo orientação nem proteção, vive roubando.

O SR ANTONIO BRESOLIN- Está provado isso.

O SR CELSO AMARAL- É a falta de orientação. Então eu gostaria de ouvir a opinião dos colegas neste sentido. Se as reservas devem ser diminuídas e, com essa verba, dar assistência maior ao índio, com a criação de fazendas-modêlo. Tive oportunidade de conhecer uma comunidade em Aquidauana, se não me engano do índio Terene. Êsse índio deixou sua aldeia, conseguiu, com seu trabalho como empregado ~~reunir~~ comprar umas tantas glebas, não sei quantos hetares, dividiu as pelos remanescentes de sua aldeia e hoje êsses índios estão prosperando e vivendo socegados. Um exemplo.

O SR ANTONIO BRESOLIN - Em Tenente Portela existem alguns índios. Muito poucos. Talvez dois ou três por cento dêsses índios trabalhe. Alguns são agricultores, outro tem uma pequena casa de comércio. São índios que não sofrem qualquer influência do SPI, digamos assim, porque, infelimente, essa influência do SPI só se tem feito sentir no sentido nocivo e prejudicial ao interêsse do índio. Mas êsses índios estão vencendo, superando as dificuldades e com um meio de vivência bem superior aos demais.

O SR EDISON GARCIA- Aí, Sr. Relator, é assunto de natureza jurídica

CÂMARA DOS DEPUTADOS

sôbre o qual a Comissão poderá pronunciar-se. Diz a Constituição e diz a nossa lei civil que os índios são pessoas de capacidade relativa, tuteladas pelo Estado até que consigam sua completa emancipação. Perguntamos: uma vez conseguida a emancipação, os bens que lhes pertencem ou à sua comunidade devem ser entregues a êles ou continuarão tutelados pelo SPI para que sirva a outras comunidades indígenas ainda não emancipadas? Sob êste aspecto, poderá V.Exa., Sr. Relator, ver o caso das reservas para determinadas tribos indígenas. E o caso de São Paulo, é o caso do Rio Grande do Sul, é o caso da Bahia e é o caso do sul de Mato Grosso. Todos êsses indíos já estão, se não de direito, pelo menos de fato, emancipados. Vivem a sua própria vida. Não seria então o caso de o SPI transferir-lhes, já que lhes pertencem por direito próprio, esses propriedades, para que êles a possam usar no pleno exercício de sua capacidade pessoal?

O SR CELSO AMARAL- Estou de acôrdo, nobre Deputado Edison Garcia. Mas a reserva dos Kadiues, por exemplo, possui quase um milhão de hetares com 200 e poucos índios. Feita a divisão, seria êle, o índio, capaz, auto-suficiente para tomar conta de sua parte?

O SR ANTONIO BRESOLIN- Nem os nossos, lá do Sul, acredito, em caso de passar para êles a propriedade, estariam em condições de recebê-la, exceção feita daqueles 3 ou 4% a que me referi ainda há pouco. Se aquelas colônias passassem para os índios, creio que mui

CÂMARA DOS DEPUTADOS

tas seriam trocadas por cachaça. O índio, muitas vêzes, trabalho o dia todo, não por dinheiro, mas por um pouco de cachaça no fim do dia. E é explorado justamente por isso.

O SR EDISON GARCIA- É porque o SPI nunca fêz por incutir nêle a idéia de propriedade.

O SR ANTONIO BRESOLIN- É isso mesmo.

O SR EDISON GARCIA- Êles nunca foram tratados como proprietários da terra.

O SR CELSO AMARAL- Discordo um pouco, porque, quando daquele atrito com os índios Kadiues, o próprio Inspetor demonstrou que aquilo era dêles e que êles tinham que defender. Assim, quando é para devastar uma fazenda, como foi feito, dá-se ao índio o direito de propriedade. Por que êles expulsaram o fazendeiro de lá? O Inspetor comunicou que a terra era dêles, que êles deviam expulsar a pessoa que estava lá' o fazendeiro e êles assim o fizeram. Nesta hora, repito, o índio tem o direito de propriedade.

O SR EDISON GARCIA- Mas a idéia incutida é a da propriedade coletiva. Êles não tem a idéia da propriedade individual. Não podem ter essa diferenciação de conceito de condomínio que têm os tido como civilizados. O SPI, se fizer, realmente, uma política voltada para o índio, dar-lhe essa idéia e conseguirá, a princípio através do regime comunitário, pouco a pouco irá criando o conceito de propriedade individual até que, ao

final, possa transferir ao índio a propriedade, deixando nêle a marca do sistema comunitário de vida, o que é do interêsse, principalmente, do Brasil.

O SR CELSO AMARAL= Realmente estou de acôrdo. E o restante entregar às Missões. Tivemos oportunidade de ver em Jaguarité. Ali existe a casa do SPI, completamente abandonada, e os missionários dão assitência a mais ou menos 400 índios, numa população de 4 mil indígenas, se não estou enganado. E existe uma orientação, em todos os sentidos. E o artezanato, é a educação da família. Assim acho que parte dessa assistência deve ser entregue às Missões, continuando o SPI. A verdade, o que vemos nas declarações do próprio Diretor do SPI é que o serviço não te mais pessoal. Não existe mais. Então tira-se um que não presta e coloca-se no lugar outro, pior. Então seria diminuir a ação do ~~E~~ SPI. A função do SPI seria, ùnicamente, fazer a aproximação das tribos selvagens. O resto entregar às Missões.

O SR ANTONIO BRESOLIN- Não sei se algum dos eminentes colegas teve oportunidade de visitar as ruinas de São Miguel na região missioneira do Rio Grande do Sul. Aquilo é um atestado do que é capaz o índio. Descobriram o cobre, fundiram sinos. Até hoje encontramos lá cabeças de anjos esculturadas na madeira e na pedra feitas pelos índios. A parte ainda de pé conserva todos êsses trabalhos executados pelos índios. Também as ruinas de São Nicolau e de Santo Isidro con-

CÂMARA DOS DEPUTADOS

servam êsses trabalhos executados pelos indígenas naquele tempo em que os jesuítas dominavam aquêla região.

O SR CELSO AMARAL- Quer dizer que havia uma orientação.

O SR ANTONIO BRESOLIN-Havia. E está provado, então, que os índios têm capacidade de aprender e de aperfeiçoar-se.

O SR EDISON GARCIA- Só quem não sabe disso é o SPI.

O SR CELSO AMARAL- Sr. Presidente, eu não queria trazer o assunto que agora vou focalizar, para a Comissão. Mas, já que entramos profundamente no sistema do SPI, e como a nossa preocupação é daqui para a frente, quero dizer que está quase certa a nomeação de uma pessoa para dirigir o SPI, completamente alheia ao Serviço, inteiramente sem orientação, pior do que o atual diretor. Eu consultaria ao Sr. Presidente se caberia a esta Comissão, nesta altura, solicitar ao Sr. Presidente da República a indicação de um homem conhecedor ~~do Diretor~~. Em tôdas essas minhas andanças, digamos assim, tive a preocupação de sondar nomes e, o nome de maior ressonância tem no SPI é o do Sr., não me lembro o nome todo, Jacobina. Trata-se de homem dedicado ao Serviço. Visitamos obras construídas por êle, principalmente no Amazônas. Êle continuaria, por certo, os bons serviços que já prestou ao SPI. A verdade é que se o Presidente colocar na direção uma pessoa que não entende, o SPI continuará como está, para pior. Então eu consultaria o Presidente sôbre se está de acôrdo em que solicitemos ao Presidente ~~indiquemos~~ um nome

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

realmente conhecido. Podíamos indicar três nomes: Sr. Jacobina, Sr. Pupe e, talves, o do Cel. Camarão, da FAB, homem que, realmente, conhece o Brasil inteiro. Caberia um pronunciamento do Sr. Presidente sôbre se está de acôrdo ou não.

O SR PRESIDENTE- Nobre Relator, eu gostaria de ouvir a opinião dos nobres colegas. Eu não sei se, nesta altura de nossos trabalhos, justamente nesta sessão quando encerramos tôda a atividade da Comissão, ficaria bem solicitarmos essa indicação. Sôbre isto tenho meditado, porque poderíamos nem sequer ser considerados pelo Chefe do Poder Executivo com uma resposta. E a Comissão que, com tão boa vontade e patriotismo iria focalizar o problema junto ao Sr. Presidente da República, ficaria, ao apagar das luzes de nossos trabalhos, decepcionada com a atitude que pudesse vir de S.Exa. Poderá ser o reverso. Que o Presidente atenda ao nosso apêlo que apenas visa a melhoria dos serviços do SPI. Há a ser consideradas estas duas facetas. O problema pode ser levado para o lado político e, se assim fôsse, não teríamos atendimento.

O SR EDISON GARCIA- V.Exa. teme que êle não tenha amesma pressa que teve na questão do IBAD.

O SR PRESIDENTE Entretanto eu peço ao nobre Relator que suspenda um pouco a sua brilhante exposição a fim de que eu possa ouvir a opinião pessoal dos nobres colegas e estarei plenamente com

CÂMARA DOS DEPUTADOS

a maioria, se devemos ou não encaminhar um ofício ao Sr. Presidente da República solicitando a nomeação do um elemento capaz para dirigir o SPI. E, nessa altura, nos permitiríamos indicar um que já foi Diretor, sôbre quem colhemos as melhores informações por onde passamos a respeito de sua pessoa e de seu trabalho, inclusive pelas observações que fizemos na Fazenda Nacional de São Marcos. Nestas condições passo a palavra ao Deputado Wílson Martins, nosso Vice-Presidente, para externar sua opinião sendo que eu, repito, estarei com a maioria.

O SR WILSON MARTINS- Prezados colegas, o Sr. Presidente me dá a palavra para que eu me pronuncie a respeito de sugestão formulada pelo nobre Relator Celso Amaral. Quanto a mim creio que seria boa medida da Comissão fazermos um relatório, conscencioso como vai ser feito, e, nêle, incluirmos os nomes daquelas pessoas que, tendo servido ao SPI no passado, o exaltaram. Enviaríamos uma cópia dêsse relatório ao Sr. Ministro da Agricultura e outra ao próprio Presidente da República, sem, entretanto, sugerirmos diretamente a nomeação dêste ao daquele, mas podendo o Ministro ou o Presidente, na leitura do relatório, informar-se dos nomes daquelas pessoas que poderiam ser aproveitadas para função da relevância desta, de Diretor do SPI. É a minha opinião.

O SR PRESIDENTE- Antes de passar a palavra aos demais colegas, eu quero aduzir uma observação às palavras do nobre Deputado

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Wílson Martins. É que não poderemos enviar o relatório agora. O nobre Relator está elaborando o seu relatório final, está com todos os apontamentos e depois entregará ao Serviço de Datilografia. Tudo isso leva algum tempo O problema está em foco, talvez em cima da mesa do Presidente a nomeação de um elemento que jamais vai ser útil ao SPI.

O SR CELSO AMARAL- Esta a minha grande preocupação.

O SR PRESIDENTE- Daí o seu grande receio, pelo que pude deduzir pelas suas palavras finais. A idéia do Deputado Wílson Martins seria a melhor, porque, dessa leitura sairia uma dedução mais ampla do problema. Mas há que considerar a urgência da matéria.

O SR WILSON MARTINS- Sr. Presidente, esta Comissão já se articulou com o Poder Executivo, por diversas vêzes, procurando orientá-lo sôbre o andamento de seus serviços e também sugerindo medidas de afastamento e de nomeação de funcionários, de modo a que o SPI funcionasse melhor. Pelo que estou informado por V.Exa. e pelo nobre Deputado Celso Amaral, a Comissão não logrou obter o que pleiteava naquela ocasião. Não sei se a Comissão poderia ser melhor sucedida agora. Eu receio, Sr. Presidente, que queiramos pôr ordem no SPI quando, na verdade, não temos podido pôr ordem em setores de muito maior importância nesta República.

O SR PRESIDENTE- Dou a palavra ao nobre Deputado Rachid Mamede.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

O SR RACHID MAMEDE- Sr. Presidente, sou porque a Comissão, no seu relatório, não sugira nomes. Parece-me prudente e seria mesmo medida patriótica, que esta Comissão designasse outra Comissão composta de Deputados de todos os partidos que fazem parte dêla, pelo menos um de cada partido, para entender-se essa Comissão com o Sr. Ministro e fazer sentir a S.Exa. a conveniência da indicação daqueles nomes para os quais, durante nossos trabalhos, encontramos receptividade pelo seu passado de honestidade e trabalho. Nao teríamos, assim, sugerido no bòjo do relatório, e nem seria o caso de, no relatório, constar essa sugestão.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS Arquivo Nº 359

C.P.I. - Índios.
Presidente: Deputado Valério Magalhães.
Reunião de 3 de setembro de 1963
Fita nº 458
Relator: Deputado Celso Amaral.
Taquígrafa: Maria José Vilhegas de Carvalho Monteiro.

1-3

-.

e sim seria procurarmos, patriòticamente, orientar o govêrno, através do seu Ministério a que está afeto êsse setor. Nesaa oportunidade poder-se-ia indicar dois, três ou mais nomes, e inclusive apresentar uma crítica sôbre os mesmos que estão na possibilidade de serem nomeados - um dêles. É o meu ponto de vista.

O SR PRESIDENTE - Tem a palavra o nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR ANTÔNIO BRESOLIN - Achei muito oportuna a abertura do debate provocado pelo eminente Relator. Esta Comissão, ao encerrar seus trabalhos, apesar de não serem completos mas representam o fruto de uma grande tarefa - não de minha parte porque infelizmente não pude dar aquilo que tinha obrigação de dar e que tinha desejo de dar - não deveria...

O SR PRESIDENTE - V. Exa. colaborou tôdas as vêzes que aqui estêve.

O SR ANTÔNIO BRESOLIN - ... não deveria indicar nomes. Acho a indicação de nomes contra-indicada.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deveríamos sugerir ao Ministro, através de uma co - missão ou de um ofício, mesmo para ficarmos com uma cópia dentro do processo, que desejamos que o SPI, de agora em diante, marche por ou tro caminho e que a substituição que será feita, hoje ou amanhã, dos homens à frente daquêle órgão, se desse, ou melhor, que fôsse nomeado diretor pessoa ligada ao Serviço, com conhecimento completo do SPI, honesta e capaz.

O SR PRESIDENTE - O ponto de vista de V. Exa. coincide com o do nobre Deputado Rachid Mamed.

O SR ANTÔNIO BRESOLIN - Eu por exemplo, para colocar minha assinatura num ofício indicando uma pessoa, preciso saber muita coisa atrás dela, em caso contrário não ponho.

O SR RACHID MAMED - Daí a conveniência de uma comissão que pudesse discutir.

O SR PRESIDENTE - Tem a palavra o nobre Deputado Sussumo Hirata.

O SR SUSSUMO HIRATA - Sr. Presidente, nós chegamos à conclusão de que o SPI não funcionou e não funciona nestes últimos anos e isto é causado, exatamente, pelo desconhecimento da matéria por parte do Diretor do SPI. Nessas condições, depois que a Comissão averiguou as faltas que ali existem seria uma medida patriótica sugerir ao govêrno para que não cometa êrro novamente, nomeando pessoa

CÂMARA DOS DEPUTADOS

completamente alheia ao problema. Sou de opinião que não devemos in - cluir no relatório da Comissão qualquer sugestão a respeito da direção do SPI, a não ser o que foi averiguado objetivamente na visita feita aos vários postos. Entretanto, acharia de bom alvitre que o relatório fôsse apresentado tal qual verificamos e à parte um ofício sugerindo por exemplo, 3 nomes que tiverem boa aceitação por parte daqueles que tratam da matéria, que poderia ser levado por esta mesma Comissão ao Secretário da Agricultura, ao Ministro da Agricultura e também ao Presidente da República, para que nesta ocasião, falando detalhadamente sôbre os indicados, seja aceito um dêles, que faça com que o SPI trilhe novos caminhos. Seria uma medida patriótica.

O SR CELSO AMARAL - Realmente, estou de acôrdo para que não conste no relatório a indicação de nenhum nome e simplesmente a preocupação da continuidade dêsse serviço acéfalo como está. Proporia, então, o seguinte: Hoje à noite devo estar com o Presidente da República e trocaria ideias com S. Exa., sentindo sua reação. Amanhã poderia voltar à presença do Deputado Valério Magalhães e conforme for ir em sua companhia conversar com o Presidente da República. Não acredito que o próprio Secretário da Agricultura possa dar uma solução a uma indicação nossa. Infelizmente é a verdade. Realmente, a única preocupação minha é de ver o SPI entregue novamente a um desconhecido

CÂMARA DOS DEPUTADOS

desconhecido da matéria em si.

O SR PRESIDENTE - Os nobres colegas acabam de ouvir o Relator. Parece que será a providência mais indicada. Aguardemos que S. Exa. tenha, como acaba de dizer, na noite de hoje, um entendimento com o Presidente da República e amanhã, após êsse entendimentos con - versaríamos e veríamos o que nos cabe fazer. Estão de acôrdo?

O SR ANTÔNIO BRESOLIN - Com exceção dos nomes estou de acôrdo. É um compromisso muito grande.

O SR PRESIDENTE - Se não indicarmos nomes, sobretudo aquêles que temos observado trabalham e de informações nesta comissão, - estão aí os diversos depoimentos - estaremos errando. Agora, indi - car 2, 3 ou 4 para que seja escolhido um, não há problema. O que nos interessa é que sejam pessoas que saibam o que vão fazer no SPI. De experiência já chega.

O SR CELSO AMARAL - São poucos os homens do SPI que têm realmente um pouco de amor por aquilo. Tôdas as declarações, inclusive do próprio Diretor, é que aquilo não funciona por falta de gente.

O SR ANTÔNIO BRESOLIN - Votarei, portanto, com os amigos, na confiança de que V. Exas. conhecem essa gente. Podem contar com meu voto.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

O SR CELSO AMARAL - A questão das irregularidades, 3 dos casos vou encaminhar ao Procurador Geral da República, para que tome as providências cabíveis pela justiça, recibos falsos, desvio de gado, etc. Não poderia esta Comissão deixar isto para amanhã, porque pelo que vejo o SPI tem processos, como verifiquei, tornados sem efeito e de grande gravidade. Se deixarmos sob a orientação do SPI será difícil uma punição aos faltosos.

O SR PRESIDENTE - V. Exa. poderia informar se está na sua agenda a irregularidade da venda de veículos e troca de veículos sem autorização superior?

O SR CELSO AMARAL - Sim, como dar cheques sem fundo do próprio SPI e em nome do SPI.

O SR PRESIDENTE - São essas irregularidades que devem ser corrigidas e punidas para que fiquemos em paz com nossa consciência.

O SR CELSO AMARAL - Para terminar o relatório depen - demos de um pronunciamento da Comissão com referência às terras dos índios e à questão das missões tanto católicas quanto protestantes. Um auxílio a essas missões e muitos dos postos fechar, porque não há mais razão para continuarem a ser postos.

O SR PRESIDENTE - Se me permitisse, enquanto V. Exa. faz seus últimos pronunciamentos e também suas conclusões, eu pediria

CÂMARA DOS DEPUTADOS

que esperássemos um momento que está sendo datilografado, à guisa de anteprojeto que poderíamos apresentar, como deputados, e não como a Comissão, que renova a reestruturação do SPI e neste momento está prevista esta parte quanto aos postos indígenas. Isto, como estou dizendo, é apenas um momento que vou passar às mãos do Relator para que faça suas emendas e possamos, talvez depois de amanhã, todos os membros desta Comissão assinar êste anteprojeto de lei a ser encaminhado à Mesa.

O SR CELSO AMARAL - É só, Sr. Presidente.

O SR PRESIDENTE - Há também um resumo que a Secretária preparou sôbre os trabalhos pròpriamente daComissão que eu gostaria que a Comissão tomasse conhecimento de vez que farão parte da ata de hoje. Nobre colega, ~~[illegible]~~ ou gostaria que V. Exa. formulasse as conclusões a fim de que pudéssemos colocá-las em votação. Embora estejam delineadas no relatório aqui constarão como um resumo. Vamos dizer, para citar a esmo:

1) - Realmente há irregularidades graves no SPI?

2) - A Comissão constatou isto, isto e aquilo, conforme depoimentos que constam do processo.

3) A Comissão sugere isto, isto e aquilo.

O SR CELSO AMARAL - A maior dúvida são as irregularidades que serão citadas no relatório, as falhas existentes no SPI, ou

CÂMARA DOS DEPUTADOS

seja, assistência, escolas, deficiência de pessoal, etc. Acho que é um relatório com o qual todos estarão de acôrdo.

O SR PRESIDENTE - Não falo quanto ao relatório e sim quanto à Ata de encerramento da Comissão, que é sempre pequena. Nela deverão constar as conclusões da Comissão, embora não seja ela o relatório. Dessas conclusões sai um anteprojeto de resolução da Mesa para o plenário aprovar ou não. A Ata deve espelhar as conclusões do nosso trabalho.

O SR CELSO AMARAL - Em primeiro lugar seria a dispo - sição da reorganização administrativa do SPI.

O SR PRESIDENTE - A Comissão conclui:

1) Que seja reformulada a organização administrativa do SPI.

O SR ANTÔNIO BRESSOLIN - Inclusive com a diminuição de determinadas áreas de propriedade.

O SR PRESIDENTE - Aí já é o modus fasciendi. As conclusões são uma súmula.

O SR CELSO AMARAL - Segundo, a questão da rendaindígena, porque em agôsto de 1952 um decreto do govêrno obrigava tôda a renda indígena a ser depositada no Fundo Federal Agro-Pecuário. O SPI já não tem renda nenhuma. Se vai fazer isso desaparece completamente um pouco da renda que pode expandir o SPI.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Então, deveria haver uma nova orientação na renda indígena.

O SR PRESIDENTE - Quanto à arrecadação e aplicação da renda indígena. Parece-me que poderíamos dividir em duas partes. Primeiro a parte de erros do SPI e segundo a parte administrativa. A primeira seria... A Comissão constatou graves irregularidades no SPI. Essa seria a primeira parte. Vamos ver:

1) A Comissão constatou graves irregularidades no SPI sendo procedentes as denúncias que deram margem à criação da comissão parlamentar de inquérito;

2) A Comissão constatou que dessas irregularidades resultaram sérios prejuízos ao índio;

3) A Comissão constatou que além das irregularidades foram praticados delitos contra a Fazenda Nacional.

4) A Comissão constatou que não há assistência médica, educacional, sanitária e técnico-agrícola no seio dos índios.

Desta primeira parte passaríamos para a outra, de reformulação do SPI.

Aí então encaminharemos, por intermédio da Mesa da Câmara, ao Judiciário, os depoimentos e documentos relacionados a êsses fatos.

Poderíamos colocar também:

CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Comissão observou, ainda, a deficiência de pessoal para os serviços do SPI daí a decadência patente que se observa em relação à época em que se ocasionou êsse trabalho.

Solicito aosnobrescolegas que dêem suas sugestões.

O SR WILSON MARTINS - A questão de recursos tem sido manifestada a êsse ...

O SR PRESIDENTE - A primeira parte é esta, sôbre as irregularidades, sôbre o delito. A segunda parte é administrativa.

O SR CELSO AMARAL - Na questão das irregularidades contra a
xx Fazenda Nacional deve constar também o patrimônio indígena.

O SR PRESIDENTE - Exatamente, a venda de uma caminhonete que vale 2 milhões por 600 mil cruzeiros é contra a Fazenda Nacional. A venda de gado sem escrituração é contra o patrimônio indígena.

O SR ANTÔNIO BRESOLIN.- Sugiro seja dada uma nota à imprensa para que a opinião pública tome conhecimento de tudo. Essa nota deverá conter as conclusões. Será o estouro da boiada. Seria interessante acrescentar que a Comissão verificou que nosso aborígene vive no mais completo abandono, inclusive passando fome. Essa é a verdade.

O SR NCELSO AMARAL - A primeira parte acho que está suficiente.

O SR ANTÔNIO BRESOLIN - Minha tese é a seguinte:

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deverá constar das conclusões: " ... inclusive passando fome, na miséria", seria um "troço de rachar".

O SR PRESIDENTE - Mas as conclusões são apenas uma súmula.

O SR ANTÔNIO BRESOLIN - Nenhum jornal vai publicar o relatório. Deveria ser assim: "A Comissão verificou que em muitos lugares o nosso índio vive no maior abandono o na maior miséria, inclusive passando fome".

O SR PRESIDENTE - Poderia se pôr assim: A Comissão constatou a diferença de tratamento ao índio por parte do SPI que na realidade é de quase completo abandono, com as missões religiosas." Isto também constatamos. Essa diferenciação foi constatada.

O SR ANTÔNIO BRESOLIN - Não conheço as tribus daqui mas na minha zona é isso.

O SR PRESIDENTE - Como ficou, então? Vamos ver: Constatou a comissão parlamentar de inquérito completa ausência de assistência alimentar, contrastando com os trabalhos das missões religiosas onde o índio recebe tratamento humano.

O SR ANTÔNIO BRESOLIN - Inclusive passando fome. É uma palavra mágica.

O SR PRESIDENTE - Passaríamos agora para a segunda

parte que é sôbre as nossas observações no que diz respeito à administração. Temos aqui escritas algumas conclusões do nobre Relator: Que seja reformulada a administração do SPI; que seja dada nova orientação ao uso da renda indígena, no que diz respeito à arrecadação e à aplicação da mesma.

O SR CELSO AMARAL - No Bananal êles matam todo o sábado uma rez. Um quarto é para o índio.

O SR WILSON MARTINS = Quantos índios tem lá?

O SR CELSO AMARAL - 300.

O SR WILSON MARTINS - Não dá para nada.

O SR CELSO AMARAL - O resto é para o pessoal.

O SR WILSON MARTINS - Para 300 pessoas seria o abate de uma rez por dia.

O SR CELSO AMARAL - Lá existe a Fazenda do SPI, e a uns 4 quilômetros da fazenda existe um curral. Perguntando para que servia o curral soubemos que o chefe do posto desviava o gado e o prendia naquele curral para depois vender.

O SR WILSON MARTINS - Quais são os índios ali?

O SR CELSO AMARAL - Carajás. Ali êles têm uma fartura de peixe enorme. Nos dias de calor saem de suas casas e dormem na área de pesca.

-.-

- segue Ruth -

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CPI-Índio

nº de ordem-360

Reunião de 3.9.1963

Presidente-Valério Magalhães

Relator-Celso Amaral

Taquígrafo-Ruth

Fita nº 462

Arquivo 2-12

.....

O SR PRESIDENTE - A segunda parte seria a seguinte que pelo a D. Yolanda que leia.

A SRA YOLANDA MENDES - "Que seja reformulada a organização administrativa do SPI; que seja dada nova orientação ao uso da renda indígena arrecadada; que haja fiscalização sôbre a aplicaçãode dotações orçamentárias, obedecendo a planificação devidamente organizada; que os postos indígenas sejam instalados sòmente em locais prèviamente escolhidos, com observência das condições ecológicas locais; que as Inspetorias sejam chefiadas, preferentemente, por profissionais em Agronomia ou ~~Funcionários~~ Veterinária; que os postos indígenas tenham por chefe, preferentemente, técnicos ou práticos agrícolas; que a direção do Serviço de Proteção aos Índios seja exercida por pessoa altamente credenciada, com instrução de nivel superior, de notoria competência e ilibada reputação."

O SR PRESIDENTE - Estas seriam as conclusões administrativas. Em discussão.

O SR ANTONIO BRESOLIN - Não poderia figurar aí, que, sempre que possível, o SPI procure estabelecer convênios com Ordens Reli-

CÂMARA DOS DEPUTADOS

giosas?

O SR PRESIDENTE - Tudo isto está nesse memento que eu queria ler antes das conclusões. Mas, até agora, o Serviço de Datilografia não entregou o trabalho.

O SR RACHID MAMEDE - As Inspetorias têm que ter uma escrita montada, não só das importâncias orçamentárias que recebem do Ministério como, também, daquilo que arrecada da própria terra,do serviço do indígena, de arrendamentos, etc.

O SR PRESIDENTE - Isso que o nobre colega acaba de falar, bem como o que lembrou o nobre deputado Antonio Bresolin, tudo está formulado nesse memento que fiz à guisa de colaboração à nossa Comissão.

O SR RACHID MAMEDE - Então não seria o caso de se mencionar aí.

O SR PRESIDENTE - Sim, seria o caso de mencionar-se. Mas eu queria ler para que os colegas dissessem isso, isso, isso é bom mencionar. Mas o que VV. Exas. disseram está incluído. Se acham que deve figurar, iremos mencionar. Vamos esperar um instante porque, parece-me, teremos muitas coisas que colocar em nossas conclusões.

O SR CELSO AMARAL - Eu pediria que fôsse lida novamente a parte final.

A SRA YOLANDA MENDES - " Que a direção do Serviço de Proteção aos Índios seja exercida por pessoa alta

CÂMARA DOS DEPUTADOS

mente credenciada, com instrução de nível superior...

O SR CELSO AMARAL - Etnólogo.

O SR PRESIDENTE - Etnólogo tem nível superior.

A SRA YOLANDA MENDES - ... de notória competência e ilibada reputação."

O SR PRESIDENTE - Porque, só etnólogo, não vamos ter. Podemos ter um, depois um outro, mas é limitar muito a ação do Diretor. A pessoa de quem estavamos falando, não é etnólogo, mas é conhecedor do problema do índio, tem instrução superior. Aqui está colocado, "preferentemente"/ por profissionais" Não sei se os colegas acham conveniente colocar "profissionais", como está aqui, ou então, dizer que a direção do SPI, no que diz respeito às inspetorias, seja exercida por funcionários categorizados deste Serviço.

O SR RACHID MAMEDE - Isto me parece desnecessário dizer.

O SR PRESIDENTE - Não sendo obrigatório, temos notado que as inspetorias são entregues a qualquer um. Até a trabalhador.

O SR RACHID MAMEDE - Também essa questão de notório saber, isto é coisa muito rara.

O SR CELSO AMARAL - Nesta parte do pessoal administrativo, ter-se-á que pensar também nos ordenados, porque nunca poderiamos conseguir técnicos com pagamentos que não correspondenssem.

O SR PRESIDENTE - Então poderiamos colocar: que seja

CÂMARA DOS DEPUTADOS

também reformulada a maneira de remunerar os funcionários do SPI, por demais precária presentemente.

O SR CELSO AMARAL - O Sr. Araujo está me informando aqui que as inspetorias já têm funções gratificadas.

O SR PRESIDENTE - Mas não estamos falando na Inspetoria, e, sim, no pessoal. Vamos esperar um pouco a chegada do trabalho. Enquanto isso eu queria que D. Yolanda lesse o resumo de nossas atividades nestes três meses de trabalho. Êste resumo vai constar de Ata. Quero ver se os nobres colegas estão de acôrdo ou se acham alguma coisa a mais ou a menos. Isso, naturalmente, ela vai passar na Ata.

A SRA YOLANDA MENDES - "Total das reuniões com referência aos lugares onde se realizaram; total das pessoas que depuseram; total das viagens realizadas, com itinerário; total de documentos requisitados que constam do relatório; total dos ofícios apresentados; idem, idem de rádio-telegramas; conclusões finais."

O SR PRESIDENTE - Nessa Ata constará uma parte do expediente e outra das conclusões finais, com a declaração de que o relatório final do nobre Relator será entregue à datilografia e bem assim constará a sugestão do nobre Relator de que, tão logo seja possível, esta Comissão seja reconstituída para prosseguir nos trabalhos não executados por falta de tempo. Pode ler o resumo.

A SRA YOLANDA MENDES - "Na ata final far-se-á referência

CÂMARA DOS DEPUTADOS

à exiguidade de tempo, daí não se ter visitado os Estados de Goiás, Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul."

O SR CELSO AMARAL - Pernambuco e Bahia.

A SRA YOLANDA MENDES - "A Comissão fez 4 viagens, duas ao Rio. Na primeira ouviu 8 depoimentos; na segunda 6. Em Campo Grande ouviu 7 depoimentos, na Câmara Municipal;2, na 5a. Inspetoria Regional do SPI e 9 no prédio da Noroeste Brasileira; em Manaus 8 depoimentos na Primeira Inspetoria do SPI. Em Cuiabá, um depoimento na Primeira Inspetoria."

O SR CELSO AMARAL - Cuiabá é 6a. Inspetoria.

O SR RACHID MAMEDE - O nome é Noroeste do Brasil.

A SRA YOLANDA MESDES - "No Pará, um, na sede do SPI; na Ilha do Bananal, um, na sede do SPI; em Brasília, 11 depoimentos, sendo 4 reinquirições e 2 acareações.

O SR PRESIDENTE - Êste é o resumo que a Secretaria nos proporcionou. Alguma coisa a acrescentar? (PAUSA)

Vou ler agora o memento a que há pouco me referi. Se os colegas estiverem de acôrdo assinaremos todos jutos, não como Comissão Constituída , e, sim, como deputados, o anteprojeto de reestruturação do Serviço de Proteção aos Índios. Vou ler e gostaria que os nobres colegas, pelas cópias, anotassem aquelas proposições que, xxx achem devam ser incluídas nas conclusões finais. Depois de emendarem e reemendarem,

CÂMARA DOS DEPUTADOS

vamos fazer um projeto. Os nossos trabalhos terão de ser concluídos hoje. Daí porque, repito, eu queria que cada um, acompanhando a leitura, fôsse anotando o que deve constar nas conclusões. Isto que estou trazendo é apenas uma colaboração que o Presidente se achou no dever de trazer, como contribuição. Eu pediria que não interrompessem a leitura até o fim, para, depois então, entrarmos na discussão.

"O Congresso Nacional decreta: Art. 1º: O Serviço de Proteção aos Índios, criado pela lei , passa a constituir o Departamento Nacional de Proteção e Assistência aos Índios, diretamente subordinado ao Ministério de Estado da Agricultura."

O SR RACHID MAMEDE - Permita V. Exa. Estou verificando que o trabalho feito por V. Exa. é de grande envergadura. Parece-me que seria justo que V. Exa. nos permitisse fazer uma leitura calma do mesmo, para depois voltarmos a êsse trabalho que V. Exa. elaborou.

O SR PRESIDENTE - V. Exa. tem toda razão. Neste caso, consulto a Secretária se esta Comissão pode ser suspensa para prosseguir - porque ela tem prazo exato de término - hoje à noite se houver sessão.

O SR. RACHID MAMEDE - Sr. Presidente, verificamos que são quase 6 horas.

O SR PRESIDENTE - Que acha o nobre Relator? Suspendemos a sessão, não encerramos, porque ela continuará.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

O SR CELSO AMARAL= Acho interessante, Sr. Presidente.

O SR PRESIDENTE- A idéia do nobre colega é, realmente, boa, porque, então, os Srs. Deputados poderiam trazer maiores subsídios, inclusive indicar, com mais calma, o que deve constar de nossa resolução. Não acha, nobre Deputado Bresolin?

O SR ANTONIO BRESOLIN- Concordo com tudo. Apenas aqui há uma coisa. Tenho experiência na matéria. Fui o organizador da maior instituição de assistência social de minha região, criada com o nome de Patronato dos Menores Abandonados de Ijuí. Decorrido certo tempo, após entrar em contato com técnicos, verifiquei que, para evitar que as crianças que passam por aquêle estabelecimento de ensino viessem a ter complexo, ser necessário a mudança da denominação, que passou a ser Instituto do Menor de Ijuí. Por que não pode ser Instituto Nacional do Índio, simplesmente?

O SR PRESIDENTE- É que os Institutos fogem à sistematização da subordinação ao Ministério.

O SR ANTONIO BRESOLIN- Então outra denominação sem a palavra "proteção".

O SR PRESIDENTE- É o que estou dizendo: vai à superior interpretação dos nobres colegas. O que não me parece justo, de nossa parte, é fazer com que êsse Serviço saia da área do Ministério da Agricultura, que julgo o mais indicado. Na qualidade de Instituto é outra re

CÂMARA DOS DEPUTADOS

formulação totalmente à parte da administração pròpriamente do Executivo. Estão de acôrdo com a proposta do nobre deputado Rachid Mamede?

O SR CELSO AMARAL - Eu queria simplesmente que o Presidente lêsse o seu trabalho para,pelo menos, uma ligeira troca de idéias agora.

O SR PRESIDENTE - Quer m que eu leia,nobres deputados?

O SR RACHID MAMEDE - Voltamos ao que estava sendo feito.

O SR PRESIDENTE - O nobre Relator apenas diz que, com a leitura, depois, ...

O SR RACHID MAMEDE - Então vamos à leitura.

O SR PRESIDENTE - Eu preferia a fórmula do nobre deputado Rachid Mamede.

O SR CELSO AMARAL - Está bem.

O SR PRESIDENTE - Faremos então uma sessão noturna, mesmo que não haja sessão da Câmara. Estão de acôrdo?

O SR CELSO AMARAL - Se houver sessão na Câmara, sim. Se não, vamos prosseguir agora.

O SR ANTONIO BRESOLIN - Há sessão na Câmara.

O SR PRESIDENTE - Então, faremos a nossa sessão noturna. Mais alguma coisa nobre Relator ou podemos suspender para prosseguir à noite?

O SR CELSO AMARAL - Só que tenho um encontro marcado com

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CÂMARA DOS DEPUTADOS

um pessoal de São Paulo, hoje à noite.

O SR PRESIDENTE_ Com o Presidente da República?

O SR CELSO AMARAL- Sim, na Granja do Torto.Mas isso não teria importância, porque o que V.Exa. decidir, está bem.

O SR PRESIDENTE- Podemos fazer o seguinte. A primeira parte já está aceita. Os nobres colegas já aceitaram a primeira parte das conclusões, quanto às irregularidades. Estavamos votando a parte administrativa, que está quase tôda aqui. Apenas, aqui, devemos tirar o que interessa e pôr ali. Poderíamos fazer isso. Poderíamos fazer isso e só amanhã, com a presença do nobre Relator-- caso não venha hoje à noite, até o término de nossa sessão-- se daria positividade, numa reunião informal, quando lavraríamos a Ata.

O SR CELSO AMARAL- Pois não.

O SR ANTONIO BRESOLIN- Sr. Presidente, está é, então, pràticamente, a reunião de encerramento das atividades da Comissão, porque, à noite, vamos nos deter na apreciação do trabalho de V.Exa. Tenho a certeza, Sr. Presidente, de que êste é o pensamento de todos os meus colegas, mas queria fazer aqui especial registro ao eminente Relator. Conheci o Celso nas reuniões desta Comissão. Eu também não era conhecido dêle, apesar de sermos correligionários. Devo confessar que êle foi um elementox que se portou dentro desta Comissão de u"a

CÂMARA DOS DEPUTADOS

maneira extraordinária. Demonstrou, não apenas espírito público, largueza de visão mas, muita coragem, enfrentando determinadas situações. Desejo assim fazer em meun nomo pessoal, um registro todo especial da brilhante atuação, primorosa mesmo, do eminente Relator. Na qualidade de membro desta Comissão quero agradecer tôdas as atenções que me foram dispensadas pelo Presidente, o meu eminente colega e amigo Deputado Valério Magalhães. Sobretudo pedindo escusas pelas inumeras faltas que cometi durante o funcionamento desta Comissão, não podendo comparecer a muitos lugares, como era meu desejo. Mas, ~~xxxxxx~~ prometo desde já, se a Comissão vier a ser reconstituida, a reparar estas faltas. Contanto que as atividades desta Comissão não sejam reiniciadas antes de novembro, quando ~~xx~~ tenho que estar no Rio Grande do Sul, na campanha.

O SR PRESIDENTE - Só poderá ser no proximo ano, segundo já pude sondar. Questão de verba.

O SR ANTONIO BRESOLIN - Agradeço a todos os colegas suas atenções. E, mais do que ao deputado, os colegas sempre encontrarão, na minha pessoa, o Bresolin.

O SR PRESIDENTE - Peço aos nobres colegas que, sem falta, estejam hoje aqui às 21 horas para ultimarmos os nossos trabalhos. Antes de encerrar eu gostaria de ler, para que os colegas dessem aprovação final, os ofícios que me par ceram indicados no término de nossos tra-

CÂMARA DOS DEPUTADOS

balhos. O primeiro é dirigido ao Presidente desta Casa e está assim redigido:

"Temos a grata satisfação de comunicar a V.Exa. haver esta Comissão Parlamentar de Inquerito encerrado as suas atividades na data de hoje, concluindo pela apresentação de projeto de resolução que faremos encaminhar à Mesa, juntamente com o relatório elaborado pelo nobre Relator, Deputado Celso Amaral.

Certo de Haver cumprido a missão que nos foi confiada pela Resolução nº 1/63 dessa Egrégia Câmara, aproveitamos a oportunidade para apresentar a V. Exa. protestos de nossa particular estima e elevado apreço."

Outro para o Brigadeiro Anisio Botelho:

"Tenho a grata satisfação de comunicar a V.Exa. o encerramento dos trabalhos deste órgão criado pela Resolução nº 1/63, da Câmara dos Deputados.

Neste ensêjo é-me de particular agrado externar a V. Exa. os meus agradecimentos pela valiosa colaboração prestada por êsse Ministério aos trabalhos realizados no interior da Amazonia, cujo êxito só foi possivel graças aos aviões de nossa gloriosa FAB, gentilmente colocados à disposição da Comissão Parlamentar de Inquerito."

Outro agradecendo a colaboração dos funcionários que trabalharam conosco, tanto aqui como em diversos pontos do País. Outro,

CÂMARA DOS DEPUTADOS

finalmente, sôbre a Chefe do Serviço de Comissões de Inqueritos, ambos dirigidos ao Presidente da Câsa.

"Ao encerrar-se, nesta data, os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios, tenho a honra de externar a V. Exa. para que constem dos assentamentos da funcionária Yolanda Mendes, os nossos agradecimentos pela valiosissima colaboração prestada em tôdas as ocasiões que aqui nos reunimos, bem assim na organização metódica do processamento relacionado aos depoimentos tomados, concatenação de dados e de documentos de que resultou mais fácil a missão do ilustre Relator, Deputado Celso Amaral.

Os nossos louvores ao mérito, à dedicação e ao preparo intelectual dessa distinta auxiliar.

Aproveito a oportunidade para renovar a V.Exa. os protestos de elevada estima e consideração."

Estão de acôrdo?

O SR CELSO AMARAL - Totalmente.

O SR RACHID MAMEDE - V. Exa. não acha interessante que se comunique o encerramento ao Ministro da Agricultura?

O SR PRESIDENTE - V. Exa. tem toda razão. O nobre colega sugere que se comunique o encerramento ao Sr. Ministro da Agricultura. Em anexo enviarmmos logo as conclusões. Sim, porque êle é que é o Chefe do SPI. Peço então à Secretária que anote um oficio ao Ministro da Agricultura e outro ao presidente da Câmara, encaminhando as

CÂMARA DOS DEPUTADOS

conclusões, não projeto de resolução que ainda vamos redigir com vagar. No ofício que já fizemos apenas comunicamos que encerramos os nossos trabalhos. Eu pediria a D. Yolanda que lesse o ofício sôbre os funcionários.

A SRA; YOLANDA MENDES - "Sr. Presidente, ao ensejo do término dos nossos trabalhos temos a grata satisfação de levar ao conhecimento de V. Exa. a operosidade e a eficiência com que se houve a equipe de funcionários que conosco colaborou. Em reconhecimento a essa dedicação, solicitamos a V. Exa. seja lavrado um voto de louvor nos assentamentos dos funcionários..."

Eu vou mencionar aqui os que colaboraram com a Comissão.

O SR PRESIDENTE - Estão de acôrdo com as providências finais da Presidência?

O SR CELSO AMARAL - Sem dúvida, Sr. Presidente. Gostaria também que V. Exa. não esquecesse um ofício ao Consul japonês do Pará.

O SR PRESIDENTE - Então o oficio ao Consul japonês do Pará, agradecendo tôdas as atenções dispensadas à Comissão, durante a nossa estada lá, principalmente à recepção no Consulado. Mais alguma coisa?

O SR WILSON MARTINS - Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR PRESIDENTE - Com a palavra V. Exa.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

O SR WILSON MARTINS - Sr. Presidente, preaados colegas, eu não queria e não podia mesmo deixar que se encerrasse esta Comissão sem pronunciar estas rápidas palavras. E'a primeira Comissão de Inquerito de que tomo parte, na Câmara dos Deputados. Quero testemunhar o meu apreço e a minha admiração ao nosso Presidente e a todos os membros desta Comissão. Se á Câmara dos Deputados, para suas Comissões de Inquerito, puder tomar os trabàlhos desta Comissão Parlamentar de Inquerito como modêlo, tenho a certeza que o nome desta Casa muito se elevará. Os trabalhos foram realmente muito bem conduzidos por V. Exa. Sr. Presidente e é de registrar-se também a eficiência com que o nobre Relator, Deputado Celso Amaral, se desempenhou das suas funções. Ao lado de minha estima pessoal por todos os integrantes desta Comissão, quero dizer a V. Exa. e a todos os companheiros, que foi para mim motivo de grande contentamento poder participar desta Comissão Parlamentar de Inquerito. Juntos conhecemos o Serviço de Proteção aos Índios em todas as suas minúnias. Conhecemo-nos uns aos outros durante as viagens e as audiências que tivemos e nos foi possível estreitar bastante as nossas relações de amizade. Estou certo que a Comissão Parlamontar de Inquerito que apurará as irregularidades do Serviço de Proteção aos Índios deu exemplo de trabalho e eficiencia dentre as demais Comissões atualmente em funciomanento nesta Casa. Por último desejo expressar também a D. Yolanda e demais funionárias e funcionários que trabalharam conosco. o

CÂMARA DOS DEPUTADOS

nosso apreço pela eficiência e competência demonstradas nas várias reuniões que tivemos. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR PRESIDENTE - Encerrando os trabalhos, para continuá-los à noite, quero agradecer o pronunciamento dos colegas a respeito da presidencia e pedir a todos desculpas pelas falhas que eu naturalmente, humano que sou, tenha aqui cometido, por diversas vêzes, talvez. O êxito que poderemos ter tido, nada mais é senão a resultante da dedicação de cada um dos colegas, do preparo intelectual demonstrado e da boa vontade dos nossos funcionários e do alto espírito público que preside as diretrizes do nosso grande Relator, Deputado Celso Amaral. Mercê de Deus nesta Comissão nós nos conhecemos melhor. A nossa convivência fez com que aqueles que não eram amigos, se tornassem amigos, possibilitando assim a reunião dêsse pugilo de brasileiros numa verdadeira equipe de homens vontadosos em prol de um Brasil melhor, que juntaram seus esforços para solucionar problema de setor que sabemos sério qual seja o do abandono ao pobre pária, ao brasileiro de origem, que é o índio. Daí porque quero, ao término dos nossos trabalhos, realmente congratular-me com todos e dizer que dia a dia procurarei mais estreitar esta amizade que nasceu nas viagens realizadas ao interior de nossa Patria, principalmente com os colegas novos, os que vieram nesta Legislatura, trazendo para esta Casa - principalmente êstes que conhecemos aqui nesta Comissão - um refôrço em defesa do regime, um refôrço à bar-

CÂMARA DOS DEPUTADOS

reira que o Parlamento representa a tôdas aquelas ideologias que possam vir prejudicar o futuro dêste País. Aqui conheci realmente deputados altamente credenciados para exercer o mandato popular. É minha opinião sincera de que a Câmara atual é bem melhor que a da Legislatura passada. Ainda é cedo par podermos avaliar na sua amplitude, o valor dos novos deputados que vieram substituir os que não conseguiram ser reeleitos. Nesta Comissão três deles se acham presentes, porque o nobre Deputado Rachid Mamede vem da outra Legislatura, como o Presidente. Êstes atuaram com patriotismo, com dedicação, com competência e principalmente com o desejo de dar ao Serviço de Proteção aos Índios novas diretrizes, para que êste Serviço como tantos outros que aí estão prejudicando o futuro dêste País, possa ser uma vez reformulado, realmente útil ao índio e útil à Nação. Estou sinceramente satisfeito, não por ter presidido os trabalhos, porque talvez eu seja o menos credenciado para fazê-lo,(Não apoiados) mas, sim, por ter congregado êste pugilo de brasileiros e, tanto quanto possível, um agente catalizador, por ser o mais velho, unido os nossos ideiais e contribuido para cimentar a amizade que julgo sincera e mútua entre todos que compõem a Comissão que hoje encerra os seus trabalhos. Convoco os nobres colegas para a nossa sessão de hoje as 21 horas. Vamos formular as nossas conclusões e amanhã então, com uma nota que espero seja redigida pelo nobre deputado Celso Amaral, daremos à imprensa conhecimento dos nossos trabalhos. Levanto a sessão

CÂMARA DOS DEPUTADOS

para continuarmos às 21 horas.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

CPI - SPI
Reunião de 3-9-1963 (Início 22,00 hs.)
PRESIDENTE - Deputado Valério Magalhães
RELATOR - Deputado Celso Amaral
Taquígrafo - Pereira

Arquivo 1+6

- -

O SR PRESIDENTE (Deputado Valério Magalhães) - Está reaberta a sessão.

O Relator, o nobre Deputado Celso Amaral, vai demorar se um pouco, mas nós poderemos, para ganhar tempo, prosseguir no exame que vínhamos fazendo na parte da tarde.

Aventávamos duas partes, a primeira de conclusões e a segunda sôbre assuntos de ordem administrativa, quando suspendemos nossos trabalhos a fim de que os colegas verificassem o que ainda podíamos incluir nesta segunda parte. O nobre Deputado Antônio Bresolin havia falado, se não me falha a memória, sôbre os postos indígenas e o nobre Deputado Rachid Mamed sôbre convênios com missões religiosas.

O SR RACHID MAMED - Levantei também a questão da escrituração.

O SR PRESIDENTE (Valerio Magalhães) - Exato.

Examinando com calma o Regimento Interno das Comissões verifiquei que podemos apresentar a primeira parte como conclusões,

CÂMARA DOS DEPUTADOS

mas a segunda parte terá que ser apresentada como sugestões, porque é uma parte já de ordem administrativa, do Executivo, que escapa à apreciação direta da Câmara. Assim, a Comissão deve concluir apontando tôdas aquelas falhas, irregularidades etc. e sugerir para saná las tais e tais providências.

O SR ANTONIO BRESOLIN - Culminando com o encaminhamento do processo à Justiça.

O SR PRESIDENTE (Valerio Magalhães) - Claro, mas isto é quanto a primeira parte.

Pergunto aos nobres colegas se estão de acôrdo com esta pequena modificação, no sentido de que o trabalho seja dividido em duas partes, a primeira contendo as conclusões e a segunda as sugestões.

(Aprovada unânimemente a proposta)

Resolvido êste ponto, vamos recapitular o que já foi resolvido incluir como sugestões e acrescentar o que fôr agora sugerido. Devo dizer que esta proposição foi entregue aos colegas apenas como base para um estudo posterior, mesmo porque para a apresentação do projeto não temos prazo. Poderemos apresentá-lo amanhã ou daqui a dois meses.

O SR RACHID MAMED - Mas, seria prudente não perder

CÂMARA DOS DEPUTADOS

muito tempo, porque inclusive nesta fase de encerramento dos nossos trabalhos vamos encontrar na Câmara já um ambiente propício à apresentação do projeto.

O SR PRESIDENTE (Valerio Magalhães) - Essa é também a minha opinião. Mas hoje não iremos aprovar isto e sim completar as nossas sugestões. Depois, dentro de dois ou três dias, poderemos reunir-nos novamente para apreciar isto em definitivo, já com as sugestões que os nobres colegas houverem por bem oferecer.

O SR ANTONIO BRESOLIN - Entendo que sexta-feira poderíamos lançar isto no plenário, com a condição de que nenhum de nós ficasse magoado se num estudo posterior e mais detido encontrássemos alguma coisa a modificar.

O SR PRESIDENTE (Valerio Magalhães) - Nós vamos dar entrada e as Comissões técnicas vão estudar, melhorar, ampliar.

O SR ANTONIO BRESOLIN - À primeira vista o projeto me parece extenso demais e quando é grande demais é fácil incorrer em falhas.

O SR PRESIDENTE (Valerio Magalhães) - Já outro colega achou pequeno pequeno demais, não dando sequer a sistemática das Divisões.

O SR ANTONIO BRESOLIN - Nós podemos ler, discutir e

CÂMARA DOS DEPUTADOS

depois fazer uma reunião para retocarmos aquilo que acharmos conveniente, sem prejuízo da apresentação de qualquer alteração posterior. Teremos tempo para pensar, examinar, mas já fica o trabalho como iniciativa nossa, dêste grupo.

O SR PRESIDENTE (Valerio Magalhães) - Poderíamos fazer uma reunião quinta-feira para discutirmos as emendas que forem apresentadas e darmos então a redação definitiva, que seria assinada por todos nós. Assim haveria tempo de mandar datilografar para apresentar sexta-feira.

(Aceita unânimemente a sugestão)

Isto pôsto, vamos completar a segunda parte do relatório, no que diz respeito às sugestões. A Sra. Secretária vai proceder à leitura do que já ficou decidido na parte da tarde.

(Lê)

O SR ANTONIO BRESOLIN - Acho que seria interessante colocar um item em tôrno de uma das coisas mais graves dentro dêsses territórios dos índios:

Que sejam poupadas o quanto possível as matas existentes, estimulando-se o reflorestamento onde se faça necessário.

O SR WILSON MARTINS - A lembrança é oportuna, mas o

CÂMARA DOS DEPUTADOS

problema trascende a política indigenística; o problema é de política florestal brasileira.

O SR PRESIDENTE (Valerio Magalhães) - Isto podia ficar para o Regimento.

O SR WILSON MARTINS - Talvez uma indicação aproveitando o que existe aqui sôbre preservação do patrimônio dos índios etc..

O SR PRESIDENTE (Valério Magalhães) - Está presente o Deputado Celso Amaral. Vou fazer para S.Exa. um resumo desta parte inicial dos nossos trabalhos nesta fase.

(O Sr. Presidente faz um resumo dos trabalhos da Comissão nesta fase, até o presente momento)

O SR CELSO AMARAL - O primeiro item — legalizar e demarcar a posse ou reserva de terras destinadas aos índios — é muito necessário. Contou-nos aqui o Sr. Walter que já existe um projeto neste sentido, aprovado pelo Senado, sôbre a regulamentação do Art. 216 da Constituição Federal. Êste projeto está com o ex-Deputado Clidenor Freitas, atualmente Presidente do IPASE. Estou dirigindo telegrama a S.Exa. solicitando que devolva o projeto. Sôbre êle terá que dar parecer a Comissão de Economia. Podemos ver se conse-

CÂMARA DOS DEPUTADOS

guimos que o Deputado Sussumo Hirata, que faz parte dessa Comissão, relate o projeto. Seria uma das primeiras providências.

O SR PRESIDENTE (Valerio Magalhães) - Outra sugestão que, parece-me, podia ser incluída seria esta:

Que sejam aplicadas normas visando a ampliação e valorização do patrimônio indígena.

O SR WILSON MARTINS - Preservação, ampliação e valorização.

O SR PRESIDENTE (Valerio Magalhães) - Aí na preservação estão inclusive as matas.

Talvez fôsse recomendável incluir também o item 10, sempre adaptando a redação.

Que seja coibida, pelos meios legais, a exploração do trabalho indígena.

A exploração do índio, nos seringais do Amazonas, por exemplo, é uma coisa estúpida.

Não sei se os nobres colegas estariam de acôrdo também com o item 13, apenas mudando a redação.

O SR RACHID MAMED - Já havia falado nisto.

O SR WILSON MARTINS - Aliás, faria a respeito uma sugestão:

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Proceder ao registro contábil do patrimônio indígena, bem como das rendas ou verbas de qualquer natureza.

Aqui não se fala em verba.

O SR PRESIDENTE (Valerio Magalhães) - Então vamos acrescentar.

O SR CELSO AMARAL - Esta idéia vem muito a calhar por causa das verbas da SPVEA.

O SR PRESIDENTE (Valerio Magalhães) - Aliás amanhã vou trazer um documento que tenho em meu poder, porque seu relatório é de grande importância.

A opinião do Deputado Antônio Bresolin sôbre o convênio com as missões está aqui no item 16, apenas com outra redação.

O SR ANTONIO BRESOLIN - Havia inclusive assinalado pra falarmos sôbre isto. Acho necessários êstes convênios.

O SR RACHID MAMED - Não sei se seria o caso, mas lembraria nesse item:

Trabalhar em estreita cooperação com o Conselho Nacional de Proteção aos Índios e com o Conselho de Segurança Nacional.

Acho que precisaríamos verificar esta parte do Conse-

CÂMARA DOS DEPUTADOS

lho de Segurença Nacional. Não podemos descurar disto.

O SR PRESIDENTE (Valerio Magalhães) - V.Exs. tem razão porque a faixa de fronteira é tôda ela supervisionada por êsse órgão.

O SR RACHID MAMED - Não sei se seria o caso de incluir aqui, mas de qualquer modo temos que estabelecer êsse entendimento com o Conselho de Segurança Nacional.

O SR PRESIDENTE (Valerio Magalhães) - Antes de entrarmos na parte dos convênios vamos examinar a sugestão do Deputado Rachid Mamede para acrescentarmos no item 14: e com o Conselho de Segurança Nacional.

O SR ANTONIO BRESOLIN - Sr. Presidente, tenho escutado, através dos anos, primeiro como jornalista e depois como Deputado, as piores referências ao Serviço Conselho Nacional do Serviço de Proteção aos Índios, inclusive feitas por altos e categorizados funcionários do SPI. Tenho a impressão de que se trata de um órgão burocrático, sem aquêle funcionamento rápido que deveria ter.

O SR PRESIDENTE (Valerio Magalhães) - Para corroborar devo dizer que aqui está referido o órgão, mas minha opinião seria até pela extinção dêsse Conselho.

O SR ANTONIO BRESOLIN - Acho que um dos maiores males no Brasil é a burocracia. Devíamos eliminar essas coisas. Assim,

CÂMARA DOS DEPUTADOS

meu voto é a favor de tirar daí o Conselho.

O SR PRESIDENTE (Valerio Magalhães) - Poderíamos silenciar sôbre os dois Conselhos, deixando isto para o projeto.

O SR RACHID MAMED - Estou de acôrdo. Aliás, queria lembrar que poderíamos depois ter uma reunião mais estreita com êsses funcionários categorizados do SPI, que têm condições para nos orientar na feitura do projeto.

O SR PRESIDENTE (Valerio Magalhães) - Daí por que o nosso Assessor já está com o projeto.

O SR RACHID MAMED - Inclusive lembro que talvez fôsse interessante criar determinados cargos que pudessem servir na fiscalização.

O SR PRESIDENTE (Valerio Magalhães) - Aí já seria inconstitucional o projeto -- criando qualquer despesa nova êle seria logo eivado de inconstitucional -- e eu estou fazendo tudo para que tal não aconteça.

O SR RACHID MAMED - Mas há necessidade de um certa fiscalização.

O SR PRESIDENTE (Valério Magalhães) - Por isto já está aqui velado: manter serviço de inspeção adequada aos postos indígenas por funcionários categorizados. Se falar em criação de cargos é in-

CÂMARA DOS DEPUTADOS

constitucional.

O SR RACHID MAMED - Aliás, não sei se seria o caso de frisar isto: por funcionários categorizados. Parece que seria desnecessária esta caracterização.

O SR PRESIDENTE (Valerio Magalhães) - Isto é para evitar o que vemos na prática, em que vão alguns elementos sem condições para inspecionar.

O SR RACHID MAMED - É mais um problema do chefe que escolhe os seus funcionários.

O SR PRESIDENTE (Valério Magalhães) - Podemos incluir como sugestão sem essa referência, deixando apenas:

Manter serviço de inspeção adequada aos postos indígenas.

Não sei se estão de acôrdo com a redação do item 16.

O SR RACHID MAMED - Eu proporia: firmar convênios, sempre que possível... Aqui está uma coisa muito taxativa.

O SR CELSO AMARAL - De acôrdo.

O SR ASSESSOR - Sempre que possível e necessário.

O SR CELSO AMARAL - Ótimo.

O SR ANTONIO BRESOLIN - Há uma coisa que deixamos passar e que gostaria de lembrar. Há uma restrição muito grande à deno-

CÂMARA DOS DEPUTADOS

minação Serviço de Proteção aos Índios.

O SR PRESIDENTE (Valerio Magalhães) - Mas isto já é pa o projeto. O nobre colega vai trazer, como combinamos, uma emenda a respeito. Depois de amanhã teremos uma reunião para apreciarmos as emendas a êste projeto e elaborarmos então o projeto definitivo, que será assinado por todos.

O SR CELSO AMARAL - Sr. Presidente, várias destas sugestões já são objeto hoje do Regulamento do SPI.

O SR PRESIDENTE (Valério Magalhães) - O Ministério da Agricultura fêz uma reformulação. Desta reformulação tirei alguma coisa. O restante foi resultado de acréscimos ou de aproveitamento do que havia no Regulamento já obsoleto pela reformulação feita pelo Ministério da Agricultura.

O SR ASSESSOR - Mas o nôvo Regulamento não está ainda aprovado nem publicado.

O SR PRESIDENTE (Valério Magalhães) - Não está ainda porque o DASP está organizando. De modo que podemos ~~sugerir~~ sugerir.

O SR CELSO AMARAL - Indo de encontro à própria idéia do DASP.

O SR PRESIDENTE (Valerio Magalhães) - Isto tudo está sendo feito de nôvo.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Não sei se seria o caso de colocarmos também o Art. 7º. Talvez apenas a letra d:

Que sejam estabelecidas diretrizes técnicas aos trabalhos dos índios no amanho da terra e no criatório.

Notamos que nada, absolutamente nada existe a respeito. Botam a mata abaixo, queimam e plantam como fazia os bisavós.

Está de acôrdo o Relator.

O SR CELSO AMARAL - Sim, Sr. Presidente.

O SR PRESIDENTE (Valerio Magalhães) - Talvez pudéssemos incluir um item que não existe aqui:

Que sejam reformulados os serviços de ensino primário, de enfermagem e de ~~ár~~ rádiocomunicações.

Observamos que as escolas não existem, as enfermarias não funcionam e as rádios não passam de duas ou três. Então, que sejam reformulados ou renovados êsses serviços.

O SR CELSO AMARAL - Acho que será ótimo.

Aliás, quero dar uma sugestão, no sentido de que tenha o SPI uma turma volante de dentistas principalmente. É preciso, sobretudo no curso primário, que a criança tenha já uma orientação.

O SR PRESIDENTE (Valério Magalhães) - Poder-se-ia co

locar:

Que periòdicamente o Serviço de Proteção aos Índios através de turma volante faça visitar os postos por médicos e dentistas.

O SR WILSON MARTINS - Que se faça o serviço médico-dentário.

O SR PRESIDENTE (Valerio Magalhães) - Não sei se acharíam muito forte incluir nas sugestões, porque daria idéia de que estamos vendo alguma coisa lá que não seja democracia.

"Que as comunidades indígenas sejam dirigidas...

(lê)

...das lèis normativas em sociedade.

Creio que é melhor deixar mesmo para o projto.

O SR CELSO AMARAL - De acôrdo.

O SR RACHID MAMED - O projeto dá um limite mínimo de 2.000 índios. Acho que não há mais lugar que tenha 2.000 índios.

O SR PRESIDENTE (Valério Magalhães) - No Rio Branco temos mais de 8.000 índios.

O SR RACHID MAMED - Em Mato Grosso não teríamos então mais nenhum pôsto. Ficaríamos apenas com a sede em Cuiabá.

O SR PRESIDENTE (Valério Magalhães) - Mas um pôsto com

CÂMARA DOS DEPUTADOS

200 índios fica muito caro.

Eu me refiro a índios em estado primitivo. Aldeiados pode-se ter até 4.000, 5.000, pode ser uma cidade. Uma turma de catequese chega numa região e encontra 50 índios aqui, 10 lá adiante, depois 200. Não é possível colocar um pôsto ali, a não ser depois da catequese ter feito sua ação saneadora.

Agora, aqui está uma sugestão que me parece interessante incluir, se estiverem de acôrdo: o SPI providenciará junto às autoridades do Executivo e do Judiciário para que o índio, uma vez alfabetizado, tenha regularizada sua situação de cidadão. Isto visa dar ao índio, de nossa parte, uma consideração que até o momento em nenhum documento escrito, que eu tenha lido, se deu.

O SR ASSESSOR - Exato. Nada existe a respeito.

O SR WILSON MARTINS - Qual seria a providência neste caso perante o Judiciário.

O SR PRESIDENTE (Valerio Magalhães) - São os cartórios. Certidão de nascimento, embora sem saber a data, para efeito de registro. Depois título de eleitor.

O SR CELSO AMARAL - Serviço militar.

O SR PRESIDENT (Valerio Magalhães) - Para que êle seja um cidadão completo.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

O SR ASSESSOR - Do contrário êle não se integra.

O SR RACHID MAMED - Aliás, estivemos em Jaguareté e lá nos informaram que os colombianos estavam dando aos nossos índios tôdas as facilidades.

O SR PRESIDENTE (Valério Magalhães) - Passei 16 dias em La Paz e pude verificar que lá o problema indígena é muito pior do que o nosso, porque o índio não quer integrar-se à civilização, acham que o branco é explorador da terra, mas têm dispositivos que mandam, tãologo o índio seja alfabetizado, integrá-lo à comunidade, como membro dessa comunidade, como cidadão.

O SR CELSO AMARAL - Acho isto muito necessário.

O SR PRESIDENTE (Valerio Magalhães) - Então, seria a letra "j", com a redação adaptada.

O SR CELSO AMARAL - Devemos considerar também a letra "g":

Manter estreito entendimento com missões religiosas e comandos militares que operem na região.

Tivemos o caso de Jaguarité. Conversando com o Comandante da região, êle comunicou que já tinha mandado para lá um sargento, porque havia necessidade.

O SR PRESIDENTE (Valério Magalhães) - Vamos incluir

CÂMARA DOS DEPUTADOS

também essa proposta, de acôrdo com a letra "g" do art. 7º.

O nosso colega Vice-Presidente, se os Deputados estiverem de acôrdo, poderá dar uma redação mais cabal, mais perfeita ao art. 12.

O SR WILSON MARTINS - Achei o art.12 muito bem redigido. Aliás, devo dizer que achei todo o projeto muito bem lançado e apenas teria uma emenda que me permitirei trazer na próxima reunião de quinta-feira. Mas,posso adiantar o seguinte: poderemos incluir aqui o problema dos arrendamentos.

Os bens patrimoniais dos índios não poderão ser alienados, arrendados ou de qualquer modo onerados etc.

O SR PRESIDENTE (Valério Magalhães) - Quero saber se estão de acôrdo em incluir esta sugestão. [illegible]

O SR ASSESSOR - Só estaria em desacôrdo com essa autorização do Conselho Nacional.

O SR PRESIDENTE (Valerio Magalhães) - A redação nós a estudaríamos aqui. Quando à preliminar é que desejo saber se estão de acôrdo em que isto conste entre as sugestões.

O SR WILSON MARTINS - Acho que deve constar.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

O SR PRESIDENTE (Valerio Magalhães) - Podemos dar outra redação, inclusive deixando de lado o Conselho. O Relator e o Deputado Wilson Martins poderiam em conjunto apresentar a melhor redação.

O SR WILSON MARTINS - Poderia ser: que os bens patrimoniais dos índios não poderão ser alienados,arrendados ou onerados sem prévia concorrência pública.

O SR PRESIDENTE (Valério Magalhães) - A não ser dentro do que estabelece o Código de Contabilidade Pública.

O SR WILSON MARTINS - Sem prévia observância do Código de Contabilidade Pública.

O SR RACHID MAMED - Sr. Presidente, tenho um ponto de vista sôbre essa questão das áreas dos índios. Já havia mesmo pensado em apresentar emenda ao projeto de lei oferecido por V.Exa., no sentido de que as áreas que se prestem para a agricultura e que não tenham mais índios sejam pelo Ministério da Agricultura distribuídas aos lavradores daquela região.

O SR PRESIDENTE (Valerio Magalhães) - Isto seria interessante no projeto.

O SR RACHID MAMED - Por isso não opinei imediatamente sôbre o dispositivo. Temos em Mato Grosso o caso de Jarudori, onde se formou uma cidade, com juizado de paz - os juízes são eleitos -

CÂMARA DOS DEPUTADOS

onde se faz registro, casamento, e onde não há mais índios. É uma verdadeira vila. Mas, lamentàvelmente seus habitantes não podem legalizar suas áreas de terra, os comerciantes não podem negociar com os bancos. Vou aproveitar o projeto de V.Exa. e apresentar uma emenda, que servirá para todo o país e não só para êste caso que estou especificando.

O SR PRESIDENTE (Valerio Magalhães) - Então ficaria:

Que não sejam alienados bens patrimoniais dos índios ou de qualquer modo onerados sem prévia observância dos preceitos estabelecidos pelo Código de Contabilidade Pública.

O SR ANTONIO BRESOLIN - Aliás, a garantia dos bens dos índios está prevista na própria Constituição da República. Êsse é um item a meu ver dispensável. Inclusive há áreas que podem perfeitamente ser alienadas porque êles não ocupam tôdas as áreas. E se fôssemos atentar para o simples motivo de que êles vivem numa parte dessas áreas as terras do Brasil pertenceriam aos índios até hoje.

O SR CELSO AMARAL - Aliás, o Deput do Rachid Mamed fêz há pouco uma sugestão neste sentido, sôbre a distribuição dessas terras aos lavradores.

O SR ANTONIO BRESOLIN - Aplicando as rendas em benefício dos indígenas.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

O SR PRESIDENTE (Valerio Magalhães) - Tôdas essas sugestões serão examinadas quando depois de amanhã debatermos a redação definitiva dêste projeto. Minha preocupação foi trazer uma colaboração modesta à Comissão para reformularmos e inclusive darmos uma nova denominação ao SPI, que está desmoralizado no Brasil..

O SR CELSO AMARAL - Uma coisa que não entendo e que seria interessante discutirmos é porque existe o SPI, o Parque do Xingu e a Fundação Brasil Central, três órgãos tratando de um só problema.

O SR PRESIDENTE (Valerio Magalhães) - Neste particular seria interessante estabelecer que todos aqueles serviços ligados a índios e que estão agora em tais e tais setores passarão agora ao Departamento ou que nome tenha o nôvo órgão.

O SR WILSON MARTINS - Realmente, são vários órgãos tratando do mesmo assunto. É preciso que se faça a centralização.

O SR PRESIDENTE (Valerio Magalhães) - A sugestão, não há dúvida, é oportuna.

Estou vendo que vou contar com a colaboração de todos neste projeto.

O SR ANTONIO BRESOLIN - Aliás, o assunto é apaixonante. Discuti êste problema na Assembléia Legislativa do meu Estado

CÂMARA DOS DEPUTADOS

durante três anos, e com um projeto de lei que teve repercussão internacional. Até do Chile recebi correspondência a respeito.

O SR PRESIDENTE (Valerio Magalhães) - Nada mais havendo a tratar nesta oportunidade vamos suspender os nossos trabalhos. Amanhã à noite voltaremos a nos reunir aqui, às 21,30 horas, a fim de ouvirmos a leitura do relatório e da ata final.

Está encerrada a presente sessão.

CÂMARA DOS DEPUTADOS